

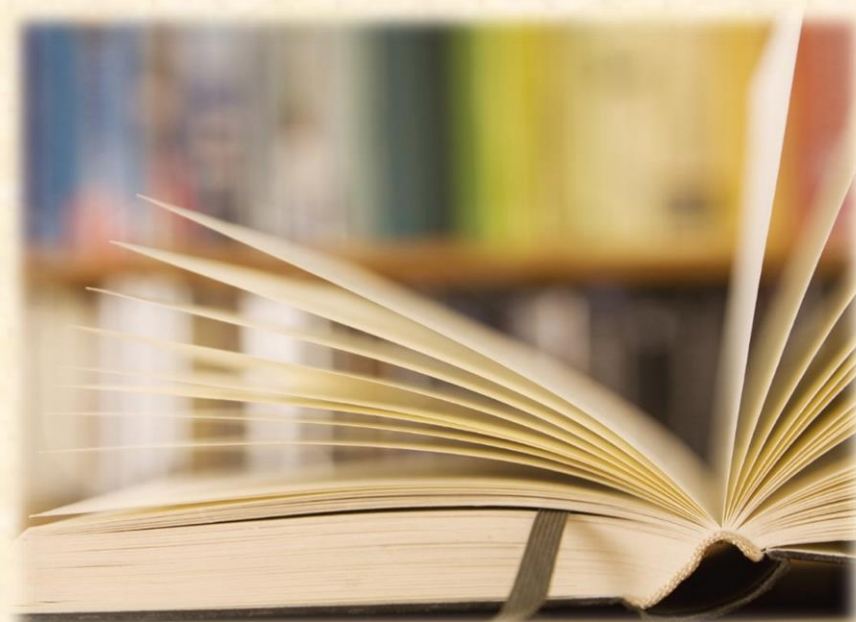
# BOLETIM INFORMATIVO



## PROJETOS DE PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO 1º SEMESTRE DE 2017

A Coordenação do Curso de Direito Diurno desta Universidade, vem, por meio deste, divulgar à comunidade jurídica interna e externa à nossa Casa, os projetos de pesquisa, extensão e ensino, conduzidos pelos nossos docentes, com intensa participação discente.

A Faculdade encontra-se inserida de modo efetivo no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão, o que permite uma constante atualização do curso, conforme as necessidades de aprofundamento e sistematização do conteúdo jurídico, diálogo com o fato social, além de permitir ao discente que desenvolva novas habilidades e aprofunde seus estudos em áreas de seu interesse.



### Direito, pessoa e liberdade

Descrição: Investigação sobre as transformações/subversões atuais do conceito de pessoa.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2).

Integrantes: Bruno Amaro Lacerda - Coordenador / Eduarda Cellis da Silva Campos - Integrante / Rafael Bezerra de Souza Moreira - Integrante / Felipe Guerra David Reis - Integrante / Flávia Bomtempo Botti - Integrante / Isabela Lobo Monteiro de ICastro - Integrante.

### Teorias contemporâneas da justiça

Descrição: Leituras de Rawls, Sen, Tugendhat, Walzer, Sandel, Fraser, Ricoeur etc., com foco nos conceitos de pessoa, igualdade e tolerância. O projeto insere-se nas aulas da disciplina eletiva Teoria da Justiça. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bruno Amaro Lacerda - Coordenador / Bruno Goulart Cunha – Integrante.

### Grupo de Estudo:

#### “Leitura dos Clássicos da Filosofia Jurídico-Política”

Discurso Sobre A Servidão Voluntária”, De Etienne De La Boétie; Leitura De “O Príncipe”, De Nicolau Maquiavel; Leitura Do “Areopagitica”, De John Milton.

Coordenado pelo professor Bruno Amaro Lacerda, o grupo de estudos “Leitura dos Clássicos da Filosofia Jurídico-Política” foi aprovado pelo DPFEF e pelo Colegiado de Curso, e consiste na seleção e leitura integral, com discussão de trechos em sala, de obras historicamente relevantes para o desenvolvimento e fixação dos conceitos político-jurídicos fundamentais, tais como “lei”, “liberdade” e “igualdade”. O intuito não é trabalhar com livros/autores da preferência do coordenador, mas com teses marcadamente diversas, para, num exercício dialético, vislumbrar com mais clareza as dissensões e as (possíveis) conciliações entre os textos. Assim, no primeiro semestre de 2016 foram escolhidas as obras “Carta sobre a tolerância” e “Segundo Tratado sobre o governo civil”, de Jonh Locke, e “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” e “O contrato social”, de Jean-Jacques Rousseau. Procurou-se mostrar que, nesses escritos, se encontra tanto a primeira afirmação teórica elaborada dos direitos individuais em face do Estado (Locke como o primeiro autor liberal) quanto o nascimento da ideia de que as desigualdades sociais não são naturais, mas

corrupções do verdadeiro estado do homem, a ser reparadas pela ação política reformista ou revolucionária (Rousseau como delineador do igualitarismo). Já o segundo semestre de 2016 se dedicou à leitura crítica conservadora de Edmund Burke à revolução francesa e aos direitos do homem e do cidadão afirmados em 1789, e como contraponto, do texto “Os direitos do homem” de Thomas Paine. O grupo está aberta a todos os alunos da graduação ou pós-graduação da Faculdade de Direito e de outras Unidades da UFJF.

### JOANA DE SOUZA MACHADO

#### Poder Judiciário e Política

Em 2012, a professora Joana de Souza Machado propôs a criação da disciplina inicialmente nominada Jurisdição e Política, como eletiva, com eixos temáticos transdisciplinares que espelhavam as pesquisas que vinha realizando, já na sua dissertação de Mestrado, sobre a relação entre Justiça e Política. Paralelamente, foi criado um grupo na rede facebook, administrado pela professora e sua equipe de monitoria, para continuação das discussões em sala de aula. O grupo Jurisdição e Política hoje conta com mais de 400 membros, interessados na atualização e aprofundamento dos temas trabalhados. Procura-se enfatizar o processo de inovação na maneira de se conceber e estruturar a função jurisdicional no Brasil e decorrentes impactos para a produção da justiça e efetivação dos direitos. Face à reforma curricular que o curso de graduação em Direito da UFJF sofreu, a disciplina foi novamente proposta como ênfase, então nominada “Poder

Judiciário e Política”, com carga horária de 04 horas semanais para que fosse possível não apenas inovar por meio do conteúdo, mas principalmente pelas práticas metodológicas horizontais adotadas. A busca por métodos alternativos de ensino é cada vez mais necessária à construção de uma educação crítica, voltada à emancipação do ser humano e à sua formação cidadã. Assim, adotam-se como práticas metodológicas painéis de discussão de textos; Role-Play (simulação de grandes julgamentos do STF); práticas argumentativas (dinâmicas a partir de casos concretos); visitas a órgãos públicos e/ou participação em audiências públicas; rodas de conversas sobre demandas por justiça inviabilizadas; e, ainda, a sensibilização pela arte. Na semana de sensibilização pela arte, o espaço da sala de aula é utilizado para troca de experiências artísticas que provoquem reflexo humanizada sobre os limites e os desafios da Justiça e da Política no Brasil - por meio da música, da literatura, da dança, do cinema, etc.







UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

adicionalmente, procura-se observar como a população e os demais integrantes do sistema de justiça criminal percebem a instituição. situação: concluído; natureza: pesquisa.

**MAÍRA FAJARDO LINHARES PEREIRA**  
**Direitos Humanos e empresas**

Descrição: nas últimas décadas O Brasil vem se destacando como importante receptor de investimentos estrangeiros, assim como suas empresas assumem papel relevante como investidoras internacionais. Considerando O impacto das atividades econômicas desenvolvidas no Brasil por empresas estrangeiras E pelas multinacionais brasileiras no exterior no que tange A violação dos direitos humanos econômicos E sociais, A fragilidade dos instrumentos legais de responsabilização E O processo de globalização que incentiva O chamado corporate veil, urge A inserção organizada das instituições acadêmicas, visando uma análise do tema com vistas À formulação de soluções E A viabilidade das ações da sociedade civil, na promoção, garantia E respeito dos direitos humanos econômicos, sociais E culturais. No momento, O tema da responsabilização das empresas pela violação dos direitos humanos vem sendo tratado no Brasil, principalmente, pela sociedade civil E seus representantes, como organizações não Governamentais.

São diversas as ações E proposições que giram em torno de casos emblemáticos de empresas estrangeiras que atuam em desrespeito as regras nacionais e internacionais sobre meio ambiente, propriedade, entre outras, com impactos muitas vezes irremediáveis as comunidades do entorno.

Estas empresas contam com A parceria E/ou apoio do estado E de instituições financeiras por meio de transações E contratos cuja transparência À sociedade civil E A comunidade impactada É inexistente. Diante deste quadro É que O objetivo geral do projeto foi traçado, promover O desenvolvimento das pesquisas acadêmicas E aplicadas na área de direitos humanos E empresas. Para atender A este objetivo A principal iniciativa será A criação de um centro de pesquisa interdisciplinar na área dos direitos humanos E empresas, situado no âmbito da UFJF, que será responsável por dar continuidade ao trato acadêmico organizado do tema, desenvolver E consolidar um campo de pesquisa acadêmica E de pesquisas aplicadas com abordagens proativas para os problemas sociais E de direitos humanos causados pelas empresas, funcionando como rede de trocas de experiências E estudos, para alunos E professores E entre instituições acadêmicas brasileiras E internacionais, organizações não governamentais no Brasil E exterior, de modo A contribuir com O aparelhamento A qualificação da sociedade civil para A promoção E defesa dos direitos humanos. Com este propósito É

que O centro, além do desenvolvimento de pesquisas, será responsável também pela publicação de uma revista semestral E pela organização de um seminário internacional bial na área de direitos humanos E empresas.

Situação: concluído; natureza: extensão. Alunos envolvidos: graduação: (5) / mestrado acadêmico: (2).  
Integrantes: Maíra Fajardo Linhares pereira - coordenador / marcos início chein feres - integrante / Silvia pinheiro - integrante / Manoela carneiro Roland - integrante.  
Financiador (es): fundação ford - outra.  
Número de produções C, T & A: 2 / número de orientações: 1.

#### **MANOELA CARNEIRO ROLAND**

##### **Direitos Humanos e Empresas no Brasil: O caso do Porto do Açú**

Descrição: O Projeto faz um levantamento das violações de Direitos Humanos em curso na implementação das obras do Complexo do Porto do Açú/RJ, com o objetivo de elaboração de um guia de acompanhamento de processos judiciais para a responsabilização de empresas por violações de Direitos Humanos.  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1).

Integrantes: Manoela Carneiro Roland -

Coordenador.

##### **CLEVERSON RAYMUNDO SBARZI GUEDES** **Sistema de acompanhamento de egressos e estudantes do Curso de Direito da UFJF**

Descrição: O projeto visa a criação de sistema de cadastro e acompanhamento de estudantes e egressos do Curso de Direito da UFJF, não somente para elaboração de um banco de dados, mas também como instrumento de direcionamento de atividades de direção, coordenação e chefia na políticas educacionais da Faculdade de Direito, bem como para criação de um espaço de integração entre os egressos e as atividades contemporâneas da Faculdade de Direito.  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão. Alunos envolvidos: Graduação: (6).

Integrantes: Cleverson Raymundo Sbarzi Guedes - Coordenador / Fernando Guilhon de Castro - Integrante / João Beccon de Almeida Neto - Integrante / Márcio Carvalho Faria - Integrante / Conrado Jenevain Braga - Integrante.

#### **FERNANDO GUILHON DE CASTRO**

##### **Projeto Dialogar**

Descrição: Centro de Mediação Extrajudicial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Situação: Em andamento; Natureza: Extensão. Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Especialização:

Integrantes: Fernando Guilhon de Castro - Coordenador.

#### **VICENTE RICCIO NETO**

[RICCIO](#), Vicente; [SKOGAN](#), [W. Police and Society in Brazil](#). 21 ed. CRC Press, 2018. [RICCIO](#), Vicente; [FRAGA](#), Paulo; [ZOGAHIB](#), Andre; [AUFIERO](#), Mario. *Crime and Insecurity in Amazonas: Citizens and Officers' Views*. *Sortuz. Oñati Journal of Emergent Socio-legal Studies* Volume 8, Issue 1 (2016), pp. 35-50.

##### **O Contexto de Atuação da Polícia Civil do Amazonas**

Descrição: O projeto tem por objetivo analisar o contexto de atuação da Polícia Civil do Amazonas a partir dos seguintes eixos: a) percepção da instituição; b) legitimidade; c) satisfação profissional; d) relação com a comunidade. Desse modo, pretende-se observar como a Polícia Civil reage às demandas por segurança no contexto do Estado do Amazonas e de que modo os seus integrantes consideram-se preparados para lidar com os seus desafios.

Integrantes: vicente riccio neto - coordenador / paulo cesar pontes fraga - integrante / denis franco silva - integrante / marta mendes da rocha - integrante / janaína lawall - integrante / glaucia fialho - integrante.  
Financiador (es): polícia civil do estado do amazonas - outra.  
Número De Produções C, T & A: 1.

#### **O Impacto Da Educação Superior Na Prática E Atitudes Da Polícia Militar De Minas Gerais**

Descrição: Objetivos: A) Promover Um Estudo Crítico Sobre O Impacto Da Educação Superior Na Prática Cotidiana Do Policial Militar De Baixa Patente; B) Analisar A Adequação Do Modelo De Duas Entradas Para A Polícia Militar Em Razão Da Expansão Da Educação Superior Entre Seus Quadros De Baixa Patente; C) Fornecer Instrumentos Analíticos Para O Entendimento De Políticas De Formação E Valorização Do Profissional De Segurança.  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos Envolvidos: Graduação: (3).

Integrantes: Vicente Riccio Neto - Coordenador.  
Financiador (Es): Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico E Tecnológico - Auxílio Financeiro.

#### **Direitos Humanos, Cidadania E Carreira: Uma Análise Crítica Das Percepções Dos Praças Da Polícia Militar De Minas Gerais Com Educação Superior.**

Descrição: Objetivos: a) promover um estudo crítico sobre o impacto da educação superior na prática cotidiana do policial militar de baixa patente; b) analisar a adequação do modelo de duas entradas para a Polícia Militar em razão da expansão da educação superior entre seus quadros de baixa patente; c) fornecer instrumentos analíticos para o entendimento de políticas de formação e valorização do profissional de segurança.  
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1).

Integrantes: Vicente Riccio Neto - Coordenador / Letícia Alonso do Espírito Santo - Integrante.  
Financiador (es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.  
Número de produções C, T & A: 1.

#### **A Prova em Vídeo nas Decisões de Segundo Grau: uma análise empírica acerca da interpretação judicial sobre a imagem**

Descrição: Objetivos: a) promover um estudo crítico sobre a relação entre a utilização de conteúdo simbólico obtido por meio técnico no âmbito do direito e a sua interpretação por parte dos juízes; b) promover uma reconstrução crítica das narrativas empregadas em decisões de cíveis e criminais processos cuja decisão tenha sido estabelecida a partir da utilização de prova

obtida em vídeo; c) estabelecer mecanismos para o entendimento do modo pelo qual a credibilidade da prova em vídeo é utilizada no processo.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1).

Integrantes: Vicente Riccio Neto - Coordenador / Clarissa Diniz Guedes - Integrante / Bernalda Messias - Integrante / Alexandre Souza - Integrante / Milene Guerson - Integrante / Amitza Torres Vieira - Integrante / André Lazaro - Integrante.  
Financiador (es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 6 / Número de orientações: 3.

#### **Polo SUS**

Descrição: Participação no projeto de fortalecimento da gestão participativa no Sistema Único de Saúde (SUS) em parceria da Escola de Governo e Cidadania da UFJF e o Ministério da Saúde..  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Vicente Riccio Neto - Integrante / Marcelo Soares Dulci - Integrante / Marta Mendes Rocha - Coordenador / Eduardo Salomão Condé - Integrante / Christiane Jalles

- Integrante / José Augusto da Silva - Integrante.

#### **Alinhamento Estratégico da Polícia Civil do Amazonas**

Descrição: Prestar assessoria na realização do alinhamento estratégico da Polícia Civil do Estado do Amazonas a fim de incrementar o seu desenvolvimento institucional e fornecer instrumentos para a compreensão de seu contexto de atuação. O projeto apresenta as seguintes etapas: 1 - diagnóstico; 2 - capacitação; 3 - desenvolvimento do mapa estratégico da Polícia Civil do Amazonas. O diagnóstico caracteriza-se pela realização de pesquisa qualitativa com a população, policiais civis de nível estratégico e operacional e integrantes do sistema de justiça criminal. Além disso, uma pesquisa quantitativa com os servidores da Polícia Civil do Estado do Amazonas será realizada. A capacitação trata de um curso de Políticas Públicas de Segurança com Cidadania e a etapa de mapeamento estratégico caracteriza-se pela definição dos elementos de orientação da instituição, constituição de indicadores e organização de projetos.  
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1).

Integrantes: Vicente Riccio Neto - Coordenador / Paulo Cesar Pontes Fraga - Integrante /

Denis Franco Silva - Integrante / Marta Mendes da Rocha - Integrante.  
Financiador (es): Polícia Civil do Estado do Amazonas - Outra.

#### **Escola de Governo e Cidadania**

Descrição: A Escola de Governo e Cidadania tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento institucional dos órgãos da administração pública direta e indireta, dos três Poderes, e de entidades da sociedade civil e do setor privado por meio de ações que promovam o desenvolvimento das capacidades e habilidades requeridas para uma gestão eficaz e transparente. A Escola tem órgão mantenedor a Universidade Federal de Juiz de Fora e como órgão proponente a PROEX-UFJF. O seu formato é de um Programa de Extensão que consiste em um conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, com diretrizes voltadas para a qualificação de sujeitos sociais por meio de ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico.

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.  
Alunos envolvidos: Graduação: (5).

Integrantes: Vicente Riccio Neto - Coordenador / Marcelo Soares Dulci - Integrante / Marta Mendes Rocha - Integrante.





UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**RAQUEL BELLINI DE OLIVEIRA SALLES  
E ALINE ARAÚJO PASSOS**

**Projeto de extensão: sistema de apoio ao núcleo de  
prática jurídica da faculdade de direito**

O presente projeto tem por escopo a estruturação do núcleo de prática jurídica da faculdade de direito da UFJF (NPJ), do campus de juiz de fora, a fim de otimizar, por meio da informatização de seu funcionamento funda-se na compreensão do direito como ciência social aplicada e, bem assim, na proposta institucional de efetivação de um curso voltado às demandas sociais. No atual contexto da sociedade tecnológica, este projeto toma por imprescindível a criação de um sistema de informatização específico e capaz de organizar, registrar e controlar os atendimentos ao público, o acompanhamento de processos judiciais e a atuação dos discentes em suas atividades práticas, favorecendo mecanismos de supervisão e de avaliação a serem aplicados pelos professores orientadores. O projeto será desenvolvido mediante parceria entre as faculdades de direito e departamento de ciência da computação.

### **Projeto de extensão: A tutela jurídica da pessoa com deficiência**

O presente projeto tem por objeto a promoção da tutela jurídica da pessoa com deficiência, propondo-se a analisar a respectiva normativa constitucional, internacional e infraconstitucional, e a debater sua adequação, aplicação e efetividade na experiência brasileira. A proposta parte de uma compreensão desestigmatizante e inclusiva da pessoa com deficiência, na perspectiva do estatuto da pessoa com deficiência (lei 13.146/2015), buscando identificar meios e mecanismos de concretização de seus direitos fundamentais. A compreensão jurídica do tema será realizada paralelamente a visitas a institutos e organizações destinados a acolher as pessoas com deficiência, a fim de assegurar a construção cooperativa de sistema de assessoramento jurídico da pessoa com deficiência. O assessoramento será realizado no núcleo de prática jurídica da faculdade de direito, por meio de atendimento presencial, permitindo a criação de um núcleo de apoio jurídico à pessoa com deficiência, no âmbito do qual poderão ser desenvolvidas outras iniciativas que contemplem aludida proteção.

Busca-se, enfim, a criação de sistema de assessoramento jurídico pautado na reciprocidade a ser estabelecida com a sociedade, com vistas a permitir o conhecimento e a possível tutela dos direitos da pessoa com deficiência.

### **Projeto de Extensão: Moradia Legal no Entorno da UFJF**

O presente projeto, associado ao Programa Boa Vizinhança da UFJF, visa auxiliar a comunidade do entorno da UFJF na regularização jurídica de imóveis, buscando concretizar o direito fundamental de propriedade, previsto no artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, mediante a obtenção do respectivo título, e, por conseguinte, viabilizar o exercício do direito social à moradia, previsto no artigo 7º também da Constituição Federal. Também tem como objetivos integrar a comunidade aos docentes e estudantes participantes. A metodologia proposta enseja o cumprimento de várias etapas, precipuamente as seguintes: 1. Oferecimento de capacitação aos discentes,

no âmbito da Faculdade de Direito, mediante realização de workshop no interregno dos dois primeiros meses do projeto, para conhecimento dos procedimentos necessários para a regularização da propriedade imobiliária, envolvendo os docentes participantes e parcerias públicas e privadas, inclusive com empresas juniores da UFJF. 2. Elaboração de formulário para atendimento, para melhor identificação dos sujeitos ou famílias em situação de baixa renda que venham a apresentar interesse na regularização imobiliária. 3. Organização do trabalho em equipe, de natureza interdisciplinar, para atendimento ao público, envolvendo discentes e docentes de diversas áreas do Direito. 4. Desenvolvimento de material para divulgação do projeto junto à comunidade. 5. Promoção de eventos voltados às comunidades do entorno da UFJF, com o envolvimento do Instituto Beneficente Peron e de associações de bairro, para conscientização da importância da regularização imobiliária e captação dos possíveis interessados. 6. Divulgação do horário de atendimento ao público, a ser realizado no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFJF. 7.

Encaminhamento de casos controvertidos ao Escritório Escola do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFJF, para propositura das ações judiciais cabíveis, ou ao respectivo Núcleo de Mediação, para pacificação dos conflitos detectados, principalmente aqueles decorrentes de relações familiares e de vizinhança. 8. Elaboração de relatórios periódicos das atividades realizadas na execução do projeto. 9. Publicização à comunidade atendida e à comunidade acadêmica dos resultados obtidos. Espera-se efetivar a regularização imobiliária de expressivo número de interessados, em favor de famílias de baixa renda do entorno da UFJF; conscientizar a referida comunidade e os discentes envolvidos acerca da importância da regularização imobiliária, de modo a fomentar o fortalecimento de uma cultura jurídica mais atenta em tal sentido; favorecer a concretização do direito fundamental de propriedade e do direito social à moradia, a segurança jurídica, a organização do espaço urbano, a adequação de cadastros e registros públicos e a eficiência dos serviços públicos essenciais.

**Crise e direitos sociais: uma análise da jurisprudência da crise em Portugal e as possibilidades de sua aplicação no Brasil**

Descrição: A elaboração da constituição brasileira de 1988 sofreu bastante influência da experiência portuguesa, cuja redemocratização também foi marcada pela nova sistemática constitucional. A constituição portuguesa de 1976 foi fonte de inspiração para O constituinte brasileiro E vem sendo, desde 1988, elemento balizador da compreensão dos direitos sociais no Brasil, tendo em vista A proximidade das duas experiências de redemocratização E as bases lusitanas do direito brasileiro. Em Portugal, A partir da severa crise econômica de 2008, os tribunais passaram A rever seus posicionamentos A respeito da interpretação E aplicação dos direitos sociais, que passaram, por assim dizer, A sofrer um determinado grau de retração no que se refere À fruição de tais direitos. Diante da estrutura normativa que tais direitos possuem na constituição portuguesa, a doutrina daquele país vem caminhando no sentido de reconhecer a possibilidade de tal retração acontecer.

Atualmente, o constitucionalismo brasileiro pode se encontrar diante de um dilema: como lidar com a efetivação dos direitos sociais diante de um quadro de crise econômica e diante do fato de que o embasamento teórico de tais direitos é ainda incipiente na doutrina nacional? Mais, ainda, como o Poder Judiciário vai se posicionar diante das condições fáticas de crise se vem atuando no sentido de reconhecer uma expansão de tais direitos no plano jurisdicional? Como amplamente reconhecido pela doutrina nacional e estrangeira, os direitos sociais são dependentes da existência de disponibilidade orçamentária para sua efetivação. O dilema no qual o Brasil se encontra no momento envolve a escolha, por parte das instituições e da população, a respeito do alcance de tais direitos em um cenário de crise. No caso brasileiro, essa questão assume maior relevo porque o país ainda está longe de garantir a efetivação de uma ampla segurança social para a população em geral. Basta verificar as decisões que as diversas instâncias do Poder Judiciário brasileiro vêm tomando na área de saúde, gerando impactos orçamentários que não são suportados, especialmente, pelos municípios de pequeno porte. Este projeto pretende iniciar o acompanhamento da efetivação dos direitos sociais no Brasil, especialmente, educação, saúde, moradia, alimentação e lazer diante da presente e grave crise econômica que se instalou no

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (1).  
Integrantes: Waleska Marcy Rosa - Coordenador.

**ELLEN CRISTINA CARMO RODRIGUES**

**Além da Culpa: Justiça Restaurativa para adolescentes**



Descrição: A pesquisa propõe a reflexão de que no Brasil existem diferentes tipos de crianças, adolescentes e jovens, assim como existem diversos tipos de famílias. No entanto, existe apenas uma Justiça Juvenil. A questão

que se faz presente é sobre como o tratamento definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90) como socioeducativo alcança estes meninos e meninas nas suas diferentes realidades e como são os comportamentos das famílias e da sociedade em relação aos mecanismos definidos por esse sistema de justiça para os adolescentes em conflito com a lei penal. Por esta razão, este projeto de pesquisa não propõe investigações conceituais acerca da juventude enquanto fase da vida, mas sim a análise da reação social, política e jurídica frente à conduta de adolescentes acusados e/ou condenados pela prática de infrações penais e dos promissores mecanismos informais de prevenção à delinquência juvenil e à violência, com destaque para os mecanismos de Justiça Restaurativa.  
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.  
Alunos envolvidos: Graduação: (2).

Integrantes: Ellen Cristina Carmo Rodrigues - Coordenador / Leandro Oliveira Silva - Integrante / Tainá Sell - Integrante / Gustavo Carvalho - Integrante.  
Financiador (es): Universidade Federal de Juiz de Fora - Bolsa.

**Diga não à violência contra a mulher**

Descrição: o projeto propõe trabalhar a

problemática da violência contra a mulher a partir de parcerias firmadas com profissionais que atuam nos mecanismos de prevenção presentes no município de Juiz de Fora, com destaque para o Centro de Referência Casa da Mulher. A referida instituição, vinculada à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, desenvolve vários serviços destinados ao atendimento de mulheres vítimas de violência, no sentido de oferecer-lhes atendimento jurisdicional, apoio psicológico e fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. A proposta central deste projeto de extensão é colaborar com os órgãos municipais de prevenção à violência contra mulheres através da capacitação de multiplicadores sociais de prevenção à violência, bem como auxiliar os profissionais envolvidos e os acadêmicos participantes a promoverem o devido cumprimento da prestação jurisdicional atinente aos casos, com a observância dos princípios e garantias constitucionais que se lhe relacionam e total compromisso com a promoção dos direitos humanos, nos termos da Lei 11.340/2006 e da Constituição Federal/88.  
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (7).  
Integrantes: Ellen Cristina Carmo Rodrigues - Coordenador / Leandro Oliveira Silva - Integrante.



Descrição: quanto mais democrático o estado, mais atuante o poder judiciário. Quanto mais atuante o judiciário, mais ações são a eles levadas, do que resulta a alegação de judicialização de temas originalmente da seara dos poderes legislativo e executivo (judicialização da política). Quando o judiciário procede ao tratamento dessas matérias, alega-se então que os argumentos trazidos nas suas decisões são de cunho muito mais político do que propriamente técnico-jurídico (politização do judiciário). Esta pesquisa visa a constatar a procedência ou não de tais considerações, mediante estudo desenvolvido em quatro momentos: (i) análise do enquadramento do tema no direito constitucional pátrio; (ii) atualização do levantamento feito em pesquisas anteriores sobre a abordagem do mínimo existencial pelo STF; (iii) atualização e enriquecimento de estudo comparado da jurisprudência constitucional da Alemanha, México e Argentina; (iv) investigação de dados empíricos da realidade brasileira relacionados à matéria, como os enunciados resultantes das jornadas de direito da saúde organizadas pelo CNJ e o projeto de lei nº 8058/2014 disciplinador do controle judicial de políticas públicas. Situação: em andamento; natureza: pesquisa. Alunos envolvidos: graduação: (3) / mestrado acadêmico: (1).

Integrantes: Claudia Maria Toledo da Silveira - Coordenador / ALEXY, Robert - Integrante / Matthias Klatt - Integrante / Waleska Marcy - Integrante / Luciana Melquíades - Integrante / Alejandro Nava Tovar - Integrante / Mariana Colucci - Integrante / Alexandre Van de Pol Brito - Integrante / Bruno Ribeiro Uchôas - Integrante / Eduardo Khoury Alves - Integrante / Horacio Javier Etchichury - Integrante.

Financiador (es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Auxílio financeiro.

#### Controle Judicial de Políticas Públicas e Separação de Poderes

Descrição: Em virtude do princípio da separação de poderes e do sistema de freios e contrapesos que o integra, quanto mais sólida a democracia em um país, maior a institucionalização do controle judicial dos atos e omissões dos demais poderes. Surge então a crítica de ingerência indevida do Judiciário na competência desses poderes. Este projeto visa a pesquisar esta situação de patente atualidade na realidade nacional.

#### Direitos Fundamentais Sociais - Normas Meramente Objetivas e Direitos Subjetivos; Decisões Judiciais e Sanções por seu Descumprimento

Descrição: Um dos debates jurídicos mais atuais é o ativismo judicial, o qual depende

precipuaemente do enquadramento dado aos Direitos Fundamentais Sociais, se normas meramente objetivas ou direitos subjetivos (caso em que são dotados de justiciabilidade). A crítica de ativismo destinada ao poder judiciário relaciona-se exatamente com a atribuição de justiciabilidade aos direitos fundamentais sociais. Neste projeto, visa-se não só à pesquisa quanto ao enquadramento jurídico desses direitos, mas também à análise das decisões judiciais relacionadas e sanções em caso de seu descumprimento. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

#### LUCIANA GASPAR MELQUÍADES DUARTE

#### O caráter democrático (?) das audiências públicas no STF



Este projeto de pesquisa pretendeu aferir o real papel que as audiências públicas

convocadas pelo Supremo Tribunal Federal têm desempenhado no exercício da jurisdição constitucional por aquele órgão. Intentou-se averiguar se, de fato, elas têm contribuído para a extração, por aquela Corte, da concepção predominantemente existente na comunidade política acerca de questões relevantes e fronteiriças e, assim, aumentar a legitimidade das decisões a seu respeito e a realização dos pressupostos democráticos. A pesquisa empírica realizada pelo grupo orientado pela Profa. Luciana e composto por Márcio Deotti, Davi Oliveira e Renato Cabral, hoje já graduados, e pelos acadêmicos Yuran Quintão e Henrique Dettoni, constatou que elas têm operado como mecanismo de disfarce de decisões autoritárias, supostamente legitimadas pelo instituto sem que, na verdade, ele esteja operando a serviço da efetivação, pela Corte Constitucional brasileira, das concepções da sociedade civil. O grupo discutiu propostas de reformulação do instituto que resultaram em um artigo submetido a periódico científico e na elaboração de um projeto de lei que fora encaminhado a parlamentar federal para a deflagração do processo legislativo apto a melhor disciplinar o instituto. Financiador: Pro-Reitoria de Pesquisa da UFJF - Bolsa de iniciação científica.

#### Práticas metodológicas de ensino

Na condução da disciplina Teoria do Direito Administrativo, a Profa. Luciana G.

Melquíades Duarte vale-se de estratégias metodológicas de ensino que visam incluir o discente ativamente no processo de aprendizado através da conjugação à aula expositiva dialogada de atividades diversificadas que propiciam o desenvolvimento das habilidades reflexivas e construtivas. Uma dessas atividades consiste na análise de decisões, especialmente do STF, por meio de grupos de até cinco discentes, em que os mesmos, além de tomarem contato com a jurisprudência daquela Corte acerca das temáticas estudadas na disciplina, têm a oportunidade de confrontar os conhecimentos adquiridos com aqueles vazados nos julgados e, em várias oportunidades, desconstruir o "argumento de autoridade" por eles incorporados. Outras atividades visam propiciar aos acadêmicos a possibilidade de contato com a legislação afeta às temáticas estudadas e análise de sua capacidade transformadora ou mantentora do *status quo*. O processo avaliativo contempla provas que exigem não somente a reprodução do conhecimento obtido através da leitura das referências bibliográficas indicadas, mas também a articulação desse conhecimento em situações empíricas levadas aos tribunais e em questões analíticas. Contempla, ainda, a elaboração de proposições, de maneira a propiciar ao discente uma oportunidade de desenvolvimento da habilidade de construção do conhecimento.



Para maiores informações, acesse o site <http://www.ufjf.br/ufjf/> ou entre em contato com a coordenação do Curso de Direito pelo telefone (32) 2102 - 3502, ou pelo e-mail [coord.direitodiurno@ufjf.edu.br](mailto:coord.direitodiurno@ufjf.edu.br)

---

---